

Sumário

| | |
|-----------------------------------------|----|
| Prefácio – Fábio Konder Comparato | 15 |
| Nota à 6ª edição | 19 |
| Nota à 5ª edição | 23 |
| Nota à 4ª edição | 27 |
| Nota à 3ª edição | 29 |
| Nota à 2ª edição | 33 |
| Nota à 1ª edição | 39 |

PARTE I

A PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS E O DIREITO BRASILEIRO

Capítulo 1

A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988 E OS TRATADOS INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| 1. Tratados internacionais de proteção dos direitos humanos: gênese e principiologia | 45 |
| 2. O Estado brasileiro em face do sistema internacional de proteção dos direitos humanos | 54 |
| 3. A incorporação dos tratados internacionais de proteção de direitos humanos pelo direito brasileiro | 56 |
| 4. O impacto dos tratados internacionais de proteção dos direitos humanos na ordem jurídica brasileira | 69 |
| 5. Considerações finais | 76 |

Capítulo 2

O DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS E A REDEFINIÇÃO DA CIDADANIA NO BRASIL

| | |
|------------------------------------------------------------------|----|
| 1. O movimento de internacionalização dos direitos humanos | 77 |
|------------------------------------------------------------------|----|

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| 2. O Direito Internacional dos Direitos Humanos e o seu impacto no direito brasileiro | 81 |
| 3. A redefinição da cidadania no Brasil | 86 |

Capítulo 3

BRASIL E O SISTEMA INTERAMERICANO DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1. Introdução | 88 |
| 2. Sistema interamericano de proteção dos direitos humanos: origem, perfil e objetivos | 88 |
| 3. Impacto do sistema interamericano de proteção dos direitos humanos na experiência latino-americana | 92 |
| 4. Sistema interamericano de proteção dos direitos humanos: desafios e perspectivas | 108 |

Capítulo 4

DIREITOS HUMANOS E DIÁLOGO JURISDICIONAL NO CONTEXTO LATINO-AMERICANO

| | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1. Introdução | 115 |
| 2. Emergência de um novo paradigma jurídico: da hermética pirâmide centrada no <i>State approach</i> à permeabilidade do trapézio centrado no <i>Human Rights approach</i> | 116 |
| 3. Diálogo jurisdicional em matéria de direitos humanos | 121 |
| 4. Diálogo entre jurisdições e controle da convencionalidade: desafios para o <i>ius commune</i> latino-americano em matéria de direitos humanos..... | 124 |

PARTE II

A PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

Capítulo 5

O VALOR JURÍDICO DOS TRATADOS E SEU IMPACTO NA ORDEM INTERNACIONAL

| | |
|---------------------|-----|
| 1. Introdução | 133 |
|---------------------|-----|

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 2. O valor jurídico dos tratados internacionais | 133 |
| 2.1. O conceito de tratados | 133 |
| 2.2. O processo de formação dos tratados | 135 |
| 2.3. Os tratados internacionais na Constituição brasileira de 1988: o processo de formação dos tratados, a sistemática de incorporação e a hierarquia | 137 |
| 3. Impacto jurídico dos tratados na ordem internacional | 140 |

Capítulo 6

PROTEÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS: DESAFIOS DOS SISTEMAS GLOBAL, REGIONAL E SUL-AMERICANO

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1. Introdução | 146 |
| 2. A afirmação histórica dos direitos humanos e os direitos sociais | 147 |
| 3. A proteção dos direitos sociais no sistema global..... | 151 |
| 4. A proteção dos direitos sociais no sistema regional interamericano | 163 |
| 5. A proteção dos direitos sociais no âmbito sul-americano: desafios do <i>ius commune</i> | 169 |

Capítulo 7

DIREITO AO DESENVOLVIMENTO: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

| | |
|---------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1. Introdução | 181 |
| 2. A construção dos direitos humanos e o direito ao desenvolvimento | 181 |
| 3. Direito ao desenvolvimento: desafios e perspectivas..... | 188 |

Capítulo 8

PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS E PROPRIEDADE INTELECTUAL

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1. Introdução | 199 |
| 2. Sistema internacional de proteção dos direitos humanos | 199 |
| 3. Sistema internacional de proteção dos direitos humanos e propriedade intelectual | 204 |
| 4. Direitos humanos e propriedade intelectual: desafios e perspectivas | 220 |

Capítulo 9
O DIREITO DE ASILO E A PROTEÇÃO
INTERNACIONAL DOS REFUGIADOS

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1. Introdução | 223 |
| 2. O art. 14 da Declaração Universal de 1948: o direito de asilo | 224 |
| 3. O direito de asilo e a Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados | 225 |
| 4. A Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados e a concepção contemporânea de direitos humanos | 230 |
| 5. A proteção internacional dos direitos humanos dos refugiados .. | 233 |
| 6. A responsabilidade do Estado na concessão de asilo | 238 |
| 7. As diferenças entre o instituto internacional do refúgio e o instituto latino-americano do asilo | 241 |
| 8. Conclusões | 244 |

Capítulo 10
O TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL E O
DIREITO BRASILEIRO

Flávia Piovesan e Daniela Ribeiro Ikawa

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1. Introdução | 248 |
| 2. Precedentes históricos | 249 |
| 3. Estrutura e jurisdição do Tribunal Penal Internacional | 254 |
| 4. A relação entre o Tribunal Penal Internacional e os Estados-partes: os princípios da complementaridade e da cooperação | 259 |
| 5. A relação entre o Tribunal Penal Internacional e o Conselho de Segurança das Nações Unidas | 267 |
| 6. O Estatuto de Roma e a Constituição brasileira de 1988 | 271 |
| 6.1. Prisão perpétua | 272 |
| 6.2. Imunidades | 276 |
| 6.3. Entrega de nacionais | 280 |
| 6.4. Reserva legal | 281 |
| 7. Conclusão | 282 |

PARTE III
DIREITOS HUMANOS E IGUALDADE

Capítulo 11
IMPLEMENTAÇÃO DO DIREITO À IGUALDADE

Flávia Piovesan, Luciana Piovesan e Priscila Kei Sato

| | |
|-------------------------------------------------------|-----|
| 1. Introdução | 289 |
| 2. O combate a todas as formas de discriminação | 293 |
| 3. A promoção da igualdade | 295 |
| 4. Conclusões | 298 |

Capítulo 12
AÇÕES AFIRMATIVAS NO BRASIL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1. Introdução | 300 |
| 2. Direito à igualdade e direito à diferença: sistema especial de proteção dos direitos humanos | 300 |
| 3. Direito brasileiro e ações afirmativas | 307 |
| 4. Ações afirmativas no Brasil: desafios e perspectivas | 310 |

Capítulo 13
OS DIREITOS HUMANOS DA MULHER
NA ORDEM INTERNACIONAL

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1. Introdução | 313 |
| 2. O processo de especificação do sujeito de direito | 313 |
| 3. A Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher | 314 |
| 4. A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher ("Convenção de Belém do Pará") | 320 |
| 5. Conclusão | 325 |

Capítulo 14
LITIGÂNCIA INTERNACIONAL E AVANÇOS LOCAIS: VIOLÊNCIA
CONTRA A MULHER E A LEI "MARIA DA PENHA"

| | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1. Introdução | 326 |
| 2. Processo de democratização, movimento de mulheres e a Constituição brasileira de 1988 | 327 |
| 3. Agenda feminista na consolidação democrática: direitos humanos das mulheres e reinvenção do marco normativo no pós-1988 | 331 |
| 4. Violência contra a mulher e o caso Maria da Penha | 334 |
| 5. Litigância internacional e avanços locais: a Lei “Maria da Penha” | 339 |
| 6. Conclusão | 343 |

Capítulo 15

INTEGRANDO A PERSPECTIVA DE GÊNERO NA DOUTRINA JURÍDICA BRASILEIRA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

| | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1. Introdução | 348 |
| 2. Integrando a perspectiva de gênero na doutrina jurídica brasileira: obstáculos e desafios | 349 |
| 2.1. Os anacronismos da ordem jurídica brasileira e a urgência de seu saneamento | 349 |
| 2.2. O perfil conservador dos agentes jurídicos e a urgência de mudanças no ensino jurídico | 351 |
| 3. Integrando a perspectiva de gênero na doutrina jurídica brasileira: possibilidades e perspectivas | 353 |
| 3.1. A necessidade de criar uma doutrina jurídica sob a perspectiva de gênero | 353 |
| 3.2. O estudo do impacto dos instrumentos internacionais de proteção dos direitos da mulher na ordem jurídica nacional | 355 |
| 3.3. Estratégias para a advocacia dos instrumentos internacionais de proteção dos direitos da mulher | 357 |
| 4. A urgência da mudança de paradigmas | 358 |

Capítulo 16

A PROTEÇÃO DOS DIREITOS REPRODUTIVOS NO DIREITO INTERNACIONAL E NO DIREITO INTERNO

Flávia Piovesan e Wilson Ricardo Buquetti Pirotta

| | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1. Introdução | 359 |
| 2. Delineamentos conceituais dos direitos reprodutivos e sua proteção na ordem internacional | 359 |

| | |
|------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 3. Os direitos reprodutivos e o direito brasileiro | 367 |
| 3.1. Os direitos reprodutivos e a Constituição brasileira de 1988 | 368 |
| 3.2. Os direitos reprodutivos e o Código Civil | 374 |
| 3.3. Os direitos reprodutivos e o Código Penal | 376 |
| 3.4. Os direitos reprodutivos e o Estatuto da Criança e do Adolescente | 381 |
| 3.5. Os direitos reprodutivos e a Consolidação das Leis do Trabalho | 383 |
| 4. Conclusões | 387 |

Capítulo 17

PROIBIÇÃO DA DISCRIMINAÇÃO POR ORIENTAÇÃO SEXUAL NOS SISTEMAS REGIONAIS EUROPEU E INTERAMERICANO DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1. Introdução | 391 |
| 2. O Direito à diferença à luz da concepção contemporânea de direitos humanos..... | 391 |
| 3. Proteção dos Direitos à Diversidade Sexual no Sistema Global de Proteção dos Direitos Humanos | 393 |
| 4. Proteção dos Direitos à Diversidade Sexual nos Sistemas Regionais Europeu e Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos | 397 |
| 5. Conclusões | 407 |

Capítulo 18

OS DIREITOS HUMANOS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES NO DIREITO INTERNACIONAL E NO DIREITO INTERNO

Flávia Piovesan e Wilson Ricardo Buquetti Pirotta

| | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1. Introdução | 410 |
| 2. A proteção internacional dos direitos das crianças e dos adolescentes | 411 |
| 3. A proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes no direito brasileiro | 414 |
| 3.1. Os principais direitos humanos garantidos às crianças e aos adolescentes pela legislação brasileira | 416 |
| 3.1.1. Dos direitos à vida e à saúde | 416 |
| 3.1.2. Dos direitos à liberdade, ao respeito e à dignidade | 419 |

| | |
|-------------------------------------------------------------------------|-----|
| 3.1.3. Do direito à convivência familiar e comunitária | 420 |
| 3.1.4. Dos direitos à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer | 421 |
| 3.1.5. Dos direitos à profissionalização e à proteção no trabalho | 423 |
| 4. Considerações finais | 425 |

Capítulo 19

A PROTEÇÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL

**Flávia Piovesan, Beatriz Pereira da Silva e
Heloisa Borges Pedrosa Campoli**

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1. Introdução | 427 |
| 2. A proteção dos direitos das pessoas com deficiência nas Constituições brasileiras | 427 |
| 3. A proteção internacional dos direitos das pessoas com deficiência | 430 |
| 4. O Poder Legislativo e a proteção dos direitos das pessoas com deficiência | 434 |
| 5. O Poder Executivo e a proteção dos direitos das pessoas com deficiência | 435 |
| 6. O Poder Judiciário e a proteção dos direitos das pessoas com deficiência | 436 |
| 7. O acesso à justiça e as pessoas com deficiência | 443 |
| 8. Conclusão | 446 |

PARTE IV

DIREITOS HUMANOS, ESTADO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Capítulo 20

A RESPONSABILIDADE DO ESTADO NA CONSOLIDAÇÃO DA CIDADANIA

| | |
|------------------------------------------------------------------|-----|
| 1. Introdução | 451 |
| 2. Delineando o perfil constitucional do Estado brasileiro | 451 |

| | | |
|------|----------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 3. | Desvendando os contornos jurídicos da cidadania | 458 |
| 3.1. | A concepção contemporânea de cidadania | 458 |
| 3.2. | A Constituição brasileira de 1988 e a concepção contemporânea de cidadania | 460 |
| 4. | A responsabilidade do Estado no processo de consolidação da cidadania | 463 |
| 5. | A política nacional de proteção dos direitos humanos | 466 |
| 6. | Conclusões | 469 |

Capítulo 21

A FORÇA NORMATIVA DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS FUNDAMENTAIS: A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

Flávia Piovesan e Renato Stanzola Vieira

| | | |
|----|----------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1. | Introdução | 473 |
| 2. | O panorama atual do Direito Constitucional brasileiro | 474 |
| 3. | Os princípios e sua relação com o Direito | 477 |
| 4. | A evolução da tratativa dos princípios jurídicos | 480 |
| 5. | A atual hermenêutica constitucional: a concretização | 488 |
| 6. | Os princípios, os valores e as regras | 493 |
| 7. | O princípio constitucional fundamental da dignidade da pessoa humana | 498 |
| 8. | Conclusões | 502 |

Capítulo 22

A LITIGÂNCIA DE DIREITOS HUMANOS NO BRASIL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO USO DOS SISTEMAS NACIONAL E INTERNACIONAL DE PROTEÇÃO

| | | |
|----|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1. | Introdução | 506 |
| 2. | A crescente incorporação da gramática dos direitos humanos no contexto da democratização brasileira | 507 |
| 3. | A litigância de interesse público na defesa dos direitos humanos perante as Cortes Nacionais | 513 |
| 4. | A litigância de interesse público na defesa dos direitos humanos perante as instâncias internacionais | 526 |
| 5. | Conclusões | 530 |

Capítulo 23

LEIS DE ANISTIA, DIREITO À VERDADE E À JUSTIÇA: IMPACTO DO SISTEMA INTERAMERICANO E PERSPECTIVAS DA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO NO CONTEXTO SUL-AMERICANO

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1. Introdução | 535 |
| 2. Impacto do sistema interamericano no processo de justiça de transição no contexto sul-americano | 535 |
| 3. Proteção dos direitos à justiça e à verdade no marco da justiça de transição no contexto sul-americano | 542 |
| 3.1. Argentina | 543 |
| 3.2. Brasil | 544 |
| 4. Desafios e perspectivas da justiça de transição no contexto sul-americano..... | 550 |
| <i>Referências</i> | 555 |